



ATENDIMENTO AO PÚBLICO

**Relações Pessoais
Ética e postura do servidor**

Prof. Rodrigo Janiques

A Ética pode ser definida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. De certa forma, a ética vem de “dentro” do ser humano. Assim sendo, relaciona-se com os valores que cada pessoa tem.

Já a moral, termo relacionado com a ética (mas não sinônimo, em sentido restrito), é relativa aos costumes e às normas de comportamento considerados consensuais na sociedade no momento. O termo “moral” é derivado do latim (moris). Já a palavra “ética” é derivada do grego “ethos”.

Os dois conceitos, em sentido amplo, buscam apresentar os comportamentos considerados aceitáveis em uma determinada sociedade e em determinado tempo. Entretanto, em sentido mais restrito, os dois conceitos são distintos.

A moral se relaciona, em sentido restrito, com os costumes aceitos em cada sociedade ou grupo humano. Como os costumes mudam, a moral também se altera com o tempo. Por outro lado, a ética refere-se aos conhecimentos advindos da análise do comportamento humano e dos valores morais, enquanto a moral tem por base as regras, a cultura e os costumes seguidos ordinariamente pelo homem, variando com o tempo. Logo, a ética depende do contexto da ação

- **Ética do servidor público**

Os servidores públicos são profissionais que possuem um vínculo de trabalho profissional com órgãos e entidades do governo.

Dentro do setor público, todas as atividades do governo afetam a vida de um país. Por isso, é necessário que os servidores apliquem os valores éticos para que os cidadãos possam acreditar na eficiência dos serviços públicos.

Existem normas de conduta que norteiam o comportamento do servidor, dentre elas estão os códigos de ética municipais e o Código de Ética da Administração do Poder Executivo Federal.

Assim, é missão deles serem leais aos princípios éticos e as leis acima das vantagens financeiras do cargo e ou qualquer outro interesse particular.

Esses interesses podem ser os desvios de verbas públicas, políticos que se beneficiam de programas e situações para ganhar votos, produção de leis que vão contra os princípios da sociedade, corrupção, etc.

As próprias leis possuem sanções e mecanismos que penalizam servidores públicos que agem em desacordo com suas atividades, um exemplo é a Lei de Improbidade Administrativa.